

Imagem da mulher indígena no discurso científico sobre as plantas medicinais

Carla Andreia Schneider

Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti

Submetido em 10 de setembro de 2016.

Aceito para publicação em 14 de dezembro de 2016.

Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 52, mês de dezembro. p. 381-401

POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

(a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.

(b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

(c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

(d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>

Terça-feira, 27 de dezembro de 2016

16:42:59

IMAGEM DA MULHER INDÍGENA NO DISCURSO CIENTÍFICO SOBRE AS PLANTAS MEDICINAIS

NATIVE WOMAN IMAGERY IN SCIENTIFIC DISCOURSE ABOUT MEDICINAL PLANTS

Carla Andreia Schneider

Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti

RESUMO: *Objetiva-se descrever, pela Semiótica greimasiana – lançando mão de contribuições da Análise do Discurso Francesa –, a imagem da mulher indígena nos discursos resultantes do encontro étnico-racial entre a academia e mulheres de comunidades indígenas da região da grande Dourados-MS em relação ao conhecimento sobre as plantas medicinais. O corpus constituiu-se de três monografias (TCC) e um artigo científico com abordagem etnodirigida. Os resultados mostram que a imagem da mulher indígena é vista como uma fonte de conhecimentos sobre as plantas medicinais e revela conflitos de identidades entre as comunidades indígena e científica, bem como mostram a busca da comunidade científica pela agregação das culturas. Entretanto, a assimilação promovida pelo conhecimento científico é preponderante e tenta silenciar a imagem da mulher indígena, que responde com resistência a essa assimilação.*

Palavras-chave: *Discurso; Mulher indígena; Imagem; Plantas medicinais.*

ABSTRACT: *This study aimed to describe, by greimasian concepts – resorting to contributions of French Analysis of Discourse –, the native Brazilian woman imagery in discourses that result from ethnic/race relations between academic and women of indigenous community from great Dourados – MS region in relation to the knowledge about medicinal plants. Corpus was established by three monographs and one*

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFGD), Dourados-MS. Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa(FID). E-mail: carlaschneider@ufgd.edu.br.

**Docente do Programa de Pós-Graduação em letras (UFGD), Dourados-MS. Doutora em Linguística – Semiótica e Linguística Geral pela Universidade de São Paulo. E-mail: limberti@hotmail.com

scientific paper with ethno-directed approach. Results show that the female universe is considered as a knowledge source on medicinal plants and as an evidence of the conflict between communities (indigenous and scientific). As well, it reveals the pursuit of culture aggregation in the identity process by scientific community. However, the assimilation promoted by scientific knowledge prevails and tries to silence the image of the native Brazilian woman, who resists this assimilation.

Keywords: *Discourse; native Brazilian woman; Image; Medicinal plants.*

1. Introdução

Para nós indígenas, as plantas têm uma importância muito grande, tanto as medicinais como outras categorias de plantas. Elas possuem um valor incalculável, místico e fundamental para nossa sobrevivência (LOPES, 2011, n.p.).

O uso de plantas medicinais há tempos ocorre na sociedade brasileira, tendo sido, até a atualidade, amplamente utilizadas pelos povos indígenas. Os indígenas detêm o conhecimento sobre elas e orientam seu emprego, assim como orientam os rituais que fazem parte do tratamento. De acordo com Machado (2013), para o povo Guarani/Kaiowá a natureza ecológica é necessária para a prática e a manutenção cultural da língua, pois

é através da observação de tudo que compõe a floresta, os rios, os animais e a imensidão celeste que faz absorver conhecimentos, saberes míticos, lembrando e memorizando os nomes das partes que compõe a biosfera e a biodiversidade na convivência com a natureza (MACHADO, 2013, p. 36).

Por outro lado, entre os povos não indígenas, desde o descobrimento até o século XIX, apenas os portugueses ou as pessoas por eles designadas puderam realizar estudos sobre a biodiversidade brasileira (CAETANO; PEIXOTO NETO, 2005). Segundo Alves (2013), os registros feitos das plantas medicinais no Brasil foram realizados pelos viajantes-naturalistas em forma de diários de viagens dedicados aos seus patrocinadores, pois o interesse por tais plantas foi intenso na época das explorações feitas no Novo Mundo, com a oportunidade de conhecimento de novas espécies. Houve, contudo, resistência social quanto ao consumo, porque as pessoas acreditavam que essas plantas seriam mais apropriadas nos locais de origem, como também possuíam custo elevado (ELDIN; DUNFORD, 2001).

Em 1560, Anchieta, em seus apontamentos, mencionou as propriedades das plantas medicinais, como, por exemplo, o poder cicatrizante da copaíba (primeiro

excerto) e de outras plantas (segundo excerto), inclusive alertando sobre o grau de toxicidade:

De entre as árvores, uma parece digna de menção (posto que haja outras que destilam um líquido, semelhante a resina, e que serve para remédio) a qual destila um suco delicadíssimo, que alguns querem que seja bálsamo, ou também pelas incisões abertas com facas, ou machadinhos, corre como azeite, depois, coagulando-se, parece apresentar a aparência de bálsamo: o cheiro que desprende não é muito forte, mas agradabilíssimo; é excelente para curar feridas, porque nem mesmo restam vestígios de cicatrizes, como dizem que se provou pela experiência (ANCHIETA, 1900, p. 43).

“Para a medicina há muitas plantas úteis, quer árvores, quer raízes de ervas; mas principalmente destas, algumas apontarei, que são boas para purgante. Há uma certa árvore, de cuja casca, cortada com uma faca ou do galho quebrado, escorre um líquido branco, semelhante ao leite, porém mais grosso; o qual se for bebido com moderação, excita o ventre e limpa o estômago, por meio de vômitos abundantes; mas, se ultrapassarem certos limites, mata. A dose, em que pode ser usada, é aquilo que uma unha pode conter isso mesmo dissolvido em grande porção de água; senão fizerem isso, produz dores insuportáveis, queima a garganta e mata (ANCHIETA, 1900, p. 45).

Nas últimas décadas, conforme dados da ANVISA, há crescimento vertiginoso no número de pesquisas procurando explicar o potencial terapêutico das plantas medicinais ou de seus princípios ativos no meio acadêmico: as publicações brasileiras passaram de 24, em 1984, para 1.431, em 2004. Os critérios para a seleção das espécies a serem estudadas baseiam-se na abordagem etnodirigida, ou seja, na indicação de grupos populacionais específicos em determinados contextos de uso, com ênfase no conhecimento dos recursos naturais e respectiva aplicação em seus sistemas de saúde e doença que foram construídos localmente (ALBUQUERQUE; HANAZAKI, 2006).

Considerando que a cultura é assimilada, perpetuada ou transformada pela língua (BENVENISTE, 2005), é possível deduzir que as Plantas Medicinais sofreram um deslocamento de sentidos enquanto objeto de valor, determinado pelos sujeitos envolvidos, em decorrência do processo identitário e do trânsito resultante do encontro étnico-racial entre a comunidade acadêmica e a comunidade indígena (conhecimento científico x conhecimento tradicional), a partir da hipótese de que houve imposição do conhecimento científico, influenciando, assim, a oscilação do seu uso, a partir do discurso produzido sobre elas.

Desta forma, o objeto de valor é “considerado como o resultado de uma atividade produtora, é suscetível de receber uma definição generativa que o leva em conta pelo seu modo de construção” (GREIMAS, 1996, p.20), motivado pelo processo que é demarcado pela cultura, pelo contexto sócio-histórico, o qual pode consistir em uma reconstrução, um novo investimento de valor. Assim, este estudo tem por objetivo descrever, a partir de uma abordagem teórica da Semiótica greimasiana – lançando mão

de contribuições da Análise do Discurso Francesa –, a imagem da mulher indígena no processo identitário resultante do encontro étnico-racial entre a comunidade acadêmica e a comunidade indígena, com relação ao conhecimento sobre as plantas medicinais (conhecimento científico x conhecimento tradicional), em trabalhos científicos sobre as plantas medicinais produzidos pela comunidade acadêmica de Dourados-MS com abordagem etnodirigida.

2. Discurso e processo identitário

Nos relacionamentos de linguagem entre os sujeitos, há relações múltiplas e variadas, cujos efeitos de sentido (resultantes desta relação entre os locutores) denominamos discurso, no qual podemos identificar o sujeito, os processos de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade. Neste processo de construção de sentidos entre os locutores, são mobilizadas ferramentas, estratégias, em condições determinadas pela história, pelo lugar, de modo que o que é dito ali “tem a ver com outros lugares”, com outras histórias, com o que já foi dito, como também, “com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi” (ORLANDI, 2010, p.30).

A Análise do Discurso (AD) procura entender e explicar como o sentido de um texto é construído e como ele (texto) “se articula com a história e a sociedade que o produziu” (GREGOLIN, 1995, p. 20). Assim sendo, entende a linguagem como mediadora, de maneira que possibilita “tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele [homem] vive” (ORLANDI, 2010, p. 15).

Desta forma, não existe sentido literal, ou seja, o sentido não reside na palavra, mas é construído na ação dos sujeitos na prática discursiva, o sentido depende dos sujeitos envolvidos (locutor e interlocutor) em termos de imaginário, ideologia, posicionamento e inscrição histórica, cultural e social. O sentido que tomamos como literal é aquele que, ao longo da história, conquistou um lugar hegemônico na cultura em que vivemos, tendo sido apagados os demais sentidos possíveis. Portanto, o discurso é definido como o efeito de sentido que ocorre entre os locutores (ORLANDI, 2005).

Por sua vez, a Semiótica greimasiana, por abranger os sistemas de significação e as relações que se estabelecem entre os elementos da linguagem, tem como objeto de análise o texto (verbal, não verbal ou sincrético), procurando, mais precisamente, descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz (BARROS, 2005) sem ignorá-lo enquanto objeto histórico determinado na sua relação com o contexto.

Para essa teoria, os sujeitos se relacionam em encadeamentos lógicos, em que um busca transformar o outro em relação a um dado objeto, promovendo sua união com ele ou sua separação dele, por modalizações do *ser* e do *fazer*, em decorrência dos valores inscritos nos objetos. As estruturas narrativas que decorrem destas relações são

essenciais na produção dos discursos e é por meio da enunciação que há a conversão do nível narrativo em nível discursivo. Desta forma, as estruturas narrativas que resultam destas relações são imprescindíveis na produção dos discursos, assim como, as noções de actante e de ator, uma vez que possibilitam a distinção dos tipos de permanência e de identidade no discurso.

A permanência ou a identidade é uma forma de isotopia, isto é, uma redundância semântica aplicada aos actantes que torna possível uma leitura coerente do percurso narrativo. A distinção entre actantes e atores permite distinguir dois grandes tipos de identidade: “(1) no caso dos actantes, aqueles assegurados pelas isotopias predicativas”, de uma mesma classe de predicados, “e, (2) no caso dos atores, aqueles assegurados por todas as outras isotopias (figurativas, temáticas, afetivas, etc.)” (FONTANILLE, 2011, p. 150), com recorrência a uma mesma classe semântica, quer seja abstrata (identidade temática), quer seja mais concreta (identidade figurativa). Considera-se predicado a expressão do *estado* ou o *ato*, “a relação constitutiva do enunciado, isto é, como uma função, cujos termos-resultantes são os actantes” (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 382), cujas relações-predicados se distinguem em enunciados do fazer e enunciados de estado.

As identidades dos *atores* e dos *actantes* são afetadas pelo *percurso*, considerando que são agenciados durante esse processo, seja ele temático ou figurativo, e que ocorrem transformações continuamente pela composição de identidades transitórias. Desta forma, há dois tipos de percurso: percursos fechados, cristalizados, e percursos abertos. Os percursos do tipo fechado, ou cristalizado, constituem percursos pré-estabelecidos, isto é, que permitem a previsibilidade antecipada, em que os actantes e atores possuem identidades “fechadas” composta por papéis actanciais e papéis figurativos, respectivamente. Os percursos do tipo aberto constituem percursos que possibilitam aos actantes e atores liberdade para criar a sua própria identidade, de forma que em cada etapa que constitui o percurso corresponda a uma *atitude*, e não mais a um papel a desempenhar. Desta forma, as *identidades transitórias* possuem duas formas para compor o *percurso* de um actante ou de um ator: *papéis* ou *atitudes*. O reconhecimento do papel ocorre posterior a sua cristalização, ou seja, depois que foi estabilizado por meio da repetição: “o papel é uma identidade acabada, apreendida ao fim do percurso, e que pressupõe sempre uma práxis enunciativa graças à qual ele se estabilizou e objetivou” (FONTANILLE, 2011, p. 152). Porém, a atitude apenas é reconhecida no momento em que ela aparece no percurso, “ela abre novas possibilidades de identidade, coloca o actante em devir: pela graça de um gesto inesperado, de uma ousadia no comportamento ou de uma propriedade revelada e não previsível, novas bifurcações vem à tona” (FONTANILLE, 2011, p. 153).

A instância na qual o sujeito se instaura, por meio de papéis actanciais, e onde a competência semiótica é exercida constitui a enunciação. É nesse sentido que, de acordo com Fiorin (2014, p. 75), “o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite”. O *enunciador* produz o discurso, organizando as estruturas narrativas em categorias de pessoa, tempo e espaço, e se coloca no texto, deixando marcas linguísticas que possibilitam que a enunciação seja reconstruída. O *enunciatário* é o sujeito que interpretará o discurso produzido pelo

enunciador, respondendo ao fazer persuasivo positiva ou negativamente por meio do *crer* e do *fazer* pretendidos pelo enunciador (BARROS, 2002).

Em outras palavras, “a enunciação individual não se realiza independentemente das enunciações coletivas que a precederam e que a tornam possível” (FIORIN, 2010, p. 62). Os enunciados e as formas semióticas aparecem ou desaparecem no campo do discurso ou no encontro entre o enunciado e a instância que lhe assume, enquanto acontecimento. Estabelece uma história de prática, de usos, que foram armazenadas na memória de uma coletividade e que estão em constante movimento de retomada, de reformulação, de acréscimos (FONTANILLE, 2011). As enunciações coletivas são redes institucionais específicas que partilham um conjunto de ritos e normas, que são regidos pelos modos de vida da comunidade e o “conteúdo” de seus posicionamentos.

A Semiótica greimasiana, portanto, abrange, também, a significação em devir e do discurso em ato, de forma que cada sujeito experimenta a significação de maneira única, individual, em que um mesmo discurso será entendido de maneiras diferentes por sujeito. Da mesma forma, cada enunciação feita pelo sujeito traz consigo elementos de outras enunciações, apreendidas de forma única, caracterizada pela sua particularidade, o que a torna diferente das demais enunciações com as quais se relaciona. Tal prática, denominada *práxis enunciativa*, “recupera formas esquematizadas pelo uso, ou, ainda, estereótipos e estruturas cristalizadas. Ela as reproduz tais como são ou as desvirtua e lhes fornece novas significações” (FONTANILLE, 2007, p. 271). É nesse sentido que a *práxis enunciativa* exerce uma função considerável em relação ao *papel* desempenhado pelos actantes no percurso gerativo de sentido em relação ao processo identitário a partir de como o sujeito se expressa ao exibir as modalidades de sua posição em relação ao enunciado. Além disso, é preciso considerar que o domínio da *práxis* corresponde ao domínio da memória cultural e dos esquemas semióticos além do domínio dos discursos singulares, no qual o sujeito está inserido ou se insere para exercer a atividade enunciativa.

Nesse sentido, consideramos pertinente a contribuição da AD francesa no que se refere ao posicionamento do sujeito adotado na enunciação, além da sua posição enquanto actante na narrativa e os papéis que desempenha. O posicionamento adotado instaura e conserva uma identidade enunciativa, pois: “o posicionamento corresponde à posição que um locutor ocupa em um campo de discussão, os valores que ele defende (consciente ou inconscientemente), e que caracterizam reciprocamente sua identidade social e ideológica” (MAINGUENEAU, 2004, p. 392).

Desta forma, cada posicionamento adotado se torna “inseparável dos grupos que os elaboram e os fazem circular, gerindo-os” (MAINGUENEAU, 2012, p. 43). Uma comunidade discursiva, portanto, que adota um posicionamento, insere-se em uma determinada configuração textual intrincada a um modo de existência desta comunidade: “não é, portanto, apenas uma doutrina, a articulação de ideias; é a intrincação de uma certa configuração textual e de um modo de existência de um conjunto de homens” (MAINGUENEAU, 2000, p.8).

Em relação à identidade, enquanto sujeito, sua experimentação o coloca como individual, mas também o coloca como integrante de uma comunidade por partilhar

experimentações similares a outros sujeitos. Ou seja, a cultura de um sujeito dialoga com outras culturas, conferindo-lhe identidade, que é o que o caracteriza um sujeito como pertencente a um grupo ou comunidade, como sendo “igual” aos demais. Mas também é o que o identifica como único, diferente dos demais, pois

a construção da identidade (enquanto conjunto de caracteres próprios e exclusivos) se dá através da identificação (enquanto 5. Tomar o caráter de 6. Confundir...) grupal que, intensificada, assume proporções tais que identidade passa a ser um traço comum (LIMBERTI, 2009, p. 41).

A identidade social é construída pelo que é compartilhado, pelo que se produz de um sentido coletivo, porém instável, com fronteiras imprecisas e sob várias influências. Assim, segundo Charaudeau,

o pertencimento a um grupo é, em primeiro lugar, o não pertencimento a um outro grupo, e a busca do grupo, enquanto entidade coletiva, é igualmente a busca do ‘não outro’. A identidade é uma questão de construção permanente sobre uma base de história (CHARAUDEAU, 2015, p. 18).

Assim, o mundo ganha sentido por meio das diferenças e a identidade do sujeito se instaura quando confrontado com outro, as relações entre os sujeitos podem se estabelecer pela percepção de uma diferença (princípio da alteridade), que faz com que o indivíduo olhe para si mesmo em busca das semelhanças e das diferenças, desencadeando o movimento de atração ou rejeição em relação ao outro.

A identidade social é construída por imaginários socioculturais que se manifestam nos valores compartilhados, “nos quais eles se reconhecem e que constituem sua memória identitária” (CHARAUDEAU, 2015, p. 21). Os imaginários coletivos são muitos, mas, para este estudo, serão considerados os imaginários antropológicos (relacionados aos espaços e às relações sociais), os imaginários de crença e os imaginários socioinstitucionais.

A identidade social construída pela comunidade científica caracteriza-se pela investigação científica, a qual é exercida por sujeitos que desempenham uma atitude cognitiva a partir de condutas que observam um sistema de regras (deontologia científica). Segundo Greimas e Courtés (2016, p. 58), “o sujeito desta busca – como o de qualquer busca ideológica – é dotado da modalidade do *querer-fazer* e da modalidade do *dever-fazer*, sendo que esta última toma a forma de uma deontologia científica”.

O discurso científico é a forma de expressão da investigação científica e,

enquanto fazer cognitivo, ele se define como um processo produtor de saber, enquanto *fazer-saber* ele estará submetido a um eventual enunciatário e

mudará, por isso, de estatuto para apresentar-se como discurso referencial (que, após avaliação epistêmica, poderá servir de suporte a um novo discurso cognitivo, e assim adiante) (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 58).

Entretanto, conforme apontam Greimas e Courtés (2016), o ponto fraco reside justamente em que a prática científica, ao apresentar o discurso social, apresenta inscrito, também, o discurso individual. Isto ocorre no momento da apreciação epistêmica a que foi submetido para ser declarado e sancionado como apto a fazer parte do discurso social. Para Greimas e Courtés (2016),

uma dessas condições consiste em dar ao discurso científico uma forma tal que o sujeito científico, instalado no discurso-enunciado, possa funcionar como um sujeito qualquer (o qual, como actante, cobre uma classe indefinida de atores substituíveis), suscetível, em último caso, de ser substituído por um autômato. Para isso, esse sujeito deve pôr em jogo uma linguagem “limpa” (ou seja, uma metalinguagem) cujos termos estejam definidos e sejam unívocos; além disso, ele deve ser dotado de um saber-fazer formulado em termos de procedimento e/ou regras suscetíveis de serem ordenadas em seqüências algorítmicas (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 59).

Desta forma, a identidade social construída pela comunidade científica caracteriza-se por esse imaginário manifestado por esses valores compartilhados e que constitui sua memória identitária. Esses valores se revelam por meio do discurso produzido pela comunidade científica, o qual, por se tratar de um discurso social, possui um estatuto singular, no qual são encontradas zonas de fala em meio a outras falas que possuem a intenção de preponderar sobre todas as outras.

2.1 *A construção da imagem da mulher indígena no discurso científico sobre as plantas medicinais*

Para a semiótica greimasiana, a enunciação é onde a competência semiótica é exercida e a instância na qual o sujeito se instaura. Assim, a enunciação é o ato de linguagem que produz um enunciado, que é o estado que dela resulta. Portanto, o sujeito da enunciação é um sujeito do *fazer* e o que ele diz, o enunciado, é o seu produto (FIORIN, 2007). Em outras palavras, a enunciação é a “instância de mediação entre as estruturas narrativas e discursivas que, pressuposta no discurso, pode ser reconstruída a partir das pistas que nele espalha; é também mediadora entre o discurso e o contexto sócio-histórico” (BARROS, 2005, p. 81). A relação de transitividade entre actantes (sujeito e objeto) caracteriza o enunciado elementar da sintaxe narrativa e cada papel assumido pelos actantes da narrativa varia conforme a posição dos actantes no percurso segundo suas relações com os valores. Estabelece-se desta forma a estrutura elementar da significação, a qual explica a organização do imaginário humano, trata-se de uma projeção de universos coletivos e/ou individuais, um enunciado global composto por

uma sequência de enunciados narrativos concatenados. A sucessão de estados e de transformações, as quais são responsáveis pela produção de sentido, compreende a narratividade que, em sentido generalizado – isto é, deixando de relacioná-la às formas figurativas das narrativas – ocorrências –, é considerada por Greimas e Courtés (2016) como o princípio organizador de qualquer discurso.

O enunciado modal, portanto, possibilita o acesso às estruturas actanciais e narrativas porque é capaz de assegurar todo um ramo da significação no discurso enunciado e no discurso em ato, além de produzir um campo imaginário específico. Essa propriedade constrói a identidade dos actantes uma vez que os predicados modalizados descrevem o fazer dos actantes, ou seja, sua performance, e os predicados modais descrevem o ser dos actantes, ou seja, sua competência. Desta forma, Fontanille (2011, p. 178) conclui que “a identidade modal dos actantes pode ser caracterizada pelo número de modalidades que a define e pela natureza de combinações que ela contrai”.

Isso ocorre porque o sujeito, enquanto desempenha papéis actanciais, como a de ator, com o auxílio de anáforas, se perpetua no discurso, ultrapassando, assim, os limites da frase, conferindo-lhe identidade. No decorrer do discurso, o ator pode assumir diversos papéis actanciais, como também pode receber um ou vários papéis temáticos diferentes por conta do desenvolvimento de valores semânticos. Em outras palavras, o ator, por resultar da conversão dos actantes narrativos, cumpre papéis actanciais na narrativa e papéis temáticos no discurso, pois a noção de actante está constituída enquanto termo-resultante da relação-função da sintaxe narrativa, isto é, seus funtivos, e no desenvolvimento da narrativa. O sujeito é, portanto, um efeito do enunciado e, ao mesmo tempo, não possui o domínio do dizer porque o ato de fala constitui-se de um acontecimento específico interpelado pelas coerções da história e do inconsciente, ou seja, ele se constitui na natureza da função em que se inscreve (FIORIN, 2007) Os trabalhos que compõem o *corpus* deste estudo são Trabalhos de Conclusão de Curso-TCC e um resumo expandido produzidos pela comunidade acadêmica de Dourados-MS. Esses gêneros compõem um tipo de produção de linguagem que constituem o discurso científico (trabalho de conclusão de curso, dissertação, tese, artigo, congresso científico), para atender a necessidade sociocomunicativa da comunidade científica na difusão de informações. A autenticidade das informações é averiguada por avaliações de outros pesquisadores para publicação dos trabalhos em revistas científicas, em anais de congressos, e por bancas examinadoras nas avaliações de trabalhos de conclusão de curso.

Tanto o TCC, quanto o resumo expandido são enunciados que possuem uma narratividade, uma sucessão de estados e de transformações que lhe dão sentido: um sujeito “aluno” que se relaciona com o objeto “TCC”/“resumo expandido” sobre o tema “plantas medicinais”, em que esse sujeito assume um papel de “pesquisador”, de alguém que busca, pesquisa, informações/conhecimento (objeto-valor), com certo método, pois está inserido no contexto sócio-histórico da academia. O papel assumido pelo sujeito actante (aluno) de “pesquisador” está organizado no imaginário da academia, enquanto enunciado global composto por uma sequência de enunciados narrativos concatenados (introdução/contextualização; revisão bibliográfica, metodologia, discussão dos dados – resultados e discussão –, considerações finais).

De acordo com Barros (2002), o discurso científico possui uma narrativa de busca do saber com um investimento figurativo esparso, em que apresenta o percurso do sujeito figurativizado: os processos aspectualizados tornam-se ações de explorar, escrever, entrevistar, relatar, etc.; o sujeito, enquanto actante no discurso, *eu* ou *ele*, é representado pelos atores *pesquisador, explorador, entrevistador, resgatador*.

Assim, no percurso do *fazer-fazer*, ocorre, também, um *fazer-criar*, por meio do *fazer-parecer-verdadeiro*. Conforme destaca Barros (2002), não se trata de criar verdades, mas produzir *efeitos de verdade*. É própria do discurso científico a produção de efeitos de verdade pelas estratégias adotadas: de que o sujeito (pesquisador) use uma linguagem “limpa”, isto é, uma metalinguagem, na qual os termos estejam definidos e sejam unívocos, assim como deve ser dotado de um saber-fazer estabelecido de acordo com procedimentos e/ou regras capazes de serem ordenadas em sequências algorítmicas (GREIMAS; COURTÉS, 2016). Podemos observar esses efeitos no seguinte enunciado:

- (1) As plantas também foram fotografadas como forma de registro e para facilitar a identificação científica. A identificação botânica foi realizada com o auxílio de literatura especializada (Souza e Lorenzi, 2005). Os resultados foram trabalhados com alunos da Escola Municipal Ramão Martins. Durante as atividades em sala de aula, as crianças estudaram algumas das plantas citadas pelas entrevistadas, tanto no conhecimento tradicional como também as denominações científicas dadas a essas plantas. Posteriormente elaboraram livrinhos com ilustrações e informações sobre as plantas medicinais (LOPES, 2011, n.p., grifo nosso).

Nesse fragmento observamos a manutenção da memória por meio dos enunciados de acordo com as normas compartilhadas pelos membros da comunidade científica e a associação aos mesmos posicionamentos (metodologia de registro e classificação de informações), como também pela convalidação pelos próprios membros da comunidade do campo discursivo. Este processo faz parte dos “princípios de verificação da conformidade do ‘real’, acerca dos métodos comuns de validação de teses e de hipóteses”, conforme aponta Bourdieu (2004, p. 33). Ou, conforme aponta Greimas e Courtés, são precauções, que se supõe:

capazes de garantir o bom funcionamento do discurso científico: seu exame e sua organização constituem uma das tarefas da epistemologia geral das ciências e das teorias próprias de cada domínio de pesquisa. Elas não abrangem senão certos aspectos da cientificidade: enquanto condições que devem satisfazer a coerência do discurso, elas estão longe, por exemplo, de resolver os problemas relativos à adequação dos métodos empregados em relação ao objeto a ser reconhecido (preocupação expressa por L. Hjelmlev em seu princípio do empirismo). Elas deixam sobretudo aberta a questão das relações entre o discurso da descoberta e o da investigação, entre as hipóteses de natureza amplamente intuitiva e sua verificação (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p.59).

Os trabalhos analisados seguem a estrutura básica do gênero: objetivo, metodologia, resultados e conclusão, próprio do fazer científico em que a delimitação de “quem”, “onde” e “por que” estão presentes. Os textos seguem, portanto, um “parâmetro científico”, próprio do discurso científico e, no que diz respeito aos gêneros do discurso, apresentam-se, na maioria absoluta, de forma objetiva (uso da voz passiva, o próprio trabalho/pesquisa/estudo como sujeito, de sujeito desinencial, de sujeito indeterminado), isto é, sem estratégias de subjetivação e de marcas de interlocução.

Os temas tratados no *corpus* são, de um lado: a) o conhecimento popular ou tradicional “não garante segurança para o uso”; b) o conhecimento popular ou tradicional “não possui dados químicos e farmacológicos registrados”; e c) a ciência possui os dados para o uso correto e seguro; e de outro lado: a) os conhecimentos sobre as plantas medicinais encontram-se entre as mulheres indígenas e as anciãs e precisam ser resgatados e preservados para garantir a transmissão desses valores. Esses temas podem ser encontrados nos seguintes enunciados:

- (2) Este trabalho apresenta um levantamento das plantas medicinais utilizadas pelas índias Terenas do Mato Grosso do Sul, na tentativa de resgatar a cultura descaracterizada ao longo dos anos. [...] A pesquisa mostra que a comunidade indígena dos Terenas faz uso de muitas espécies vegetais sem dados químico e farmacológico registrados, bem como de outras que já foram alvo de pesquisa científica, mas que necessitam ainda de estudos complementares para garantir segurança para um uso geral e preparação de fitoterápicos (DIAS JUNIOR; SOUZA, 2014, n.p.).
- (3) Devido ao aumento desordenado da população vários costumes e tradições acabaram não sendo repassados dos pais aos filhos e foram sendo esquecidos. Valores importantes foram deixados para trás. Assim, o objetivo do trabalho foi recuperar e conservar os conhecimentos tradicionais do uso dessas plantas como alternativa e valorização cultural, além de fazer com que as crianças voltem a valorizar os ensinamentos e conhecimentos dos xamãs e rezadores da comunidade. [...] Após essa experiência, reafirmo a importância das escolas indígenas trabalharem esse conteúdo com crianças e jovens, no intuito de valorizar o conhecimento dos anciões e assim garantir a transmissão dos valores culturais entre os Guarani/Kaiowá (LOPES, 2011, n.p.).
- (4) Também foi realizada entrevista com duas anciãs moradoras na aldeia Panambi. Foram entrevistadas a senhora Merciana, nascida em 1928 na aldeia Panambi (82 anos) e a senhora Elisabete Vieira Pedro Jorge, também natural da Aldeia Panambi (34 anos), sendo questionadas principalmente sobre as formas de uso do urucum (JOÃO, 2011, p. 4).
- (5) O estudo sobre as plantas medicinais de uso tradicional foi realizado através de questionários aplicados aos alunos dos 6º e 9º ano do Ensino Fundamental e 1º e 3º ano do Ensino Médio (Quadro 1), além de diálogo com alguns dos mestres tradicionais (Ilma Savala – 58 anos, Gabriela

Ribeiro – 56 anos, Nenessa Vasques – 63 anos e Miguel Lescano – 59 anos), todos residentes na aldeia (BENITES, 2011, p. 7).

Os temas descritos anteriormente estão integrados semanticamente ao discurso científico, isto é, estão de acordo com seu sistema de regras que constituem a cientificidade. Embora o tema “os conhecimentos sobre as plantas medicinais encontram-se entre as mulheres indígenas e as anciãs, e precisam ser resgatados e preservados para garantir a transmissão desses valores” pareça não convergir semanticamente com o sistema de restrições, está integrado, uma vez que a comunidade científica é aquela que está autorizada para organizar, sistematizar, testar e provar todo e qualquer conhecimento (*fazer-saber*).

Nesse processo, as plantas, que outrora haviam sido registradas a partir do conhecimento indígena e que, posteriormente, foram designadas com nomes científicos, são confrontadas com esses registros. Assim, para o discurso científico, o conhecimento sobre as plantas medicinais passam por um processo de cientificidade para ser registrado, conforme os enunciados (6) e (7):

(6) O nome científico do urucum foi dado, por Francisco Orellana, após uma expedição na região na Amazônia Setentrional (Corrêa, 1978). (JOÃO, 2011, p. 10).

(7) As espécies citadas (total de 26) estão distribuídas em 19 famílias e 24 gêneros, destacando-se as famílias Myrtaceae, Lamiaceae, Asteraceae e Rutaceae (BENITES, 2011, p. 9).

A identidade construída pelos enunciadores é própria do discurso científico, ao considerarem a si mesmos como especialistas e detentores do conhecimento legítimo e comprovado, idôneo e apto. Isso se deve ao fato do actante assumir os papéis de “pesquisador”, de “entrevistador” e de “registrador” e desempenhar esses papéis conforme determinado pelos parâmetros estabelecidos pela academia. Além disso, o uso da terceira pessoa é frequente para criar o efeito de distanciamento, de “neutralidade” e objetividade, com tempo no passado para relatar os fatos, utilizando-se de descrições metodológicas, bem como citando o lugar em que se deu a pesquisa. A cientificidade, dadas suas características, portanto, pode ser considerada como uma ideologia, ou seja, um conjunto de valores organizados e partilhados. Centra-se sobre o *nós* (comunidade acadêmica/científica) e exclui o *eles* (conhecimento tradicional), limita-se por fronteiras nas quais ocorrem constantes superposições e transposições (novas pesquisas, novas descobertas, refutação de pesquisas anteriores) que ocorrem dentro da própria comunidade (uma área do saber científico) e com outras comunidades (conhecimento tradicional).

As manifestações discursivas apresentam-na, contudo, ora como impositiva (enunciado 2), ora como sutil. Impositiva por considerar o conhecimento científico

como único apropriado pelos estudos realizados com metodologia e rigor impostos pela própria comunidade discursiva. Não se trata de apenas *fazer-saber*, mas também fazer-crer que o conhecimento científico é o conhecimento apropriado. Sutil ao desempenhar o papel do ator “resgatador”, por colocar-se como inventariante e promovedor do conhecimento, sem considerar-se como aquele que detém o único conhecimento legítimo, ou impor o conhecimento científico como único e legítimo (enunciados 3, 6 e 7). Nesse caso, o *fazer-saber* é complementado pelo *fazer-ser*, ou seja, fazer do conhecimento tradicional um objeto de valor, em um estado de conjunção entre o sujeito (pesquisador/ciência) e o objeto de valor “conhecimento tradicional”. O conhecimento tradicional é levado ao estatuto de conhecimento válido.

No enunciado (2) a construção da imagem da mulher indígena da comunidade estudada (comunidade indígena dos Terenas), tal como ela é percebida pela comunidade científica, é apresentada pela não atribuição de qualificações, ou seja, está em disjunção em relação ao conhecimento científico, como por exemplo ao enunciar que a “comunidade indígena dos Terenas faz uso de muitas espécies vegetais sem dados químico e farmacológico registrados”. Assim, o sentido do texto foi construído pela oposição semântica “cientificidade”, em relação ao conhecimento científico, e “empirismo¹”, em relação ao conhecimento tradicional. Essas mulheres da comunidade, segundo o enunciador, encontram-se em disjunção com o objeto de valor “ciência”. Um dos objetivos propostos pelo enunciador, entretanto, era tentar resgatar a “cultura descaracterizada ao longo dos anos”, ou seja, entrar em conjunção com o objeto de valor “conhecimento tradicional”. Desta forma, não desempenhou o papel proposto do ator “resgatador”, mas o papel do ator “propositor” de novos conhecimentos que a ciência proporciona ou pode proporcionar de forma adequada, apropriada: “para garantir segurança para um uso geral e preparação de fitoterápicos”.

Já no enunciado (3), o enunciador, ao inventariar o conhecimento da comunidade estudada, atribuiu às mulheres uma imagem despreocupada com a própria cultura: “recuperar e conservar os conhecimentos tradicionais”, “garantir a transmissão dos valores culturais”, “essa cultura está sendo perdida”, “embora alguns rituais estejam perdendo espaço” etc. Novamente, ao desempenhar o papel do ator “resgatador”, exerce também o papel do ator “propositor” e “pesquisador”, o qual, conseqüentemente estabelece seu posicionamento a partir da academia, atribui à comunidade estudada o papel do ator fragilizado em relação à sua conjunção com o objeto de valor “cultura”. Isto é, possui o conhecimento vasto e aprofundado sobre o assunto ao ponto de lhe dar as informações de que necessita para realizar o registro, sendo adequadas, também, para outros propósitos, como o de preservação da cultura.

Essas características constituem o estereótipo do especialista competente, que apresenta a ciência como mediadora e autenticadora do conhecimento, entretanto,

1 Tomamos o termo “empirismo” no sentido de produção do conhecimento baseado na experiência, nas tradições, pelo mundo dos sentidos e não pela razão, no qual os objetivos e os significados não importam. Referimo-nos, portanto, ao conhecimento tradicional, em oposição ao conhecimento científico, justamente por não apresentar cientificidade.

apresenta uma identidade da comunidade pesquisada como fonte de conhecimento, isto é, em conjunção com o objeto de valor “conhecimento tradicional sobre as plantas medicinais”. No *corpus*, as mulheres indígenas estão em conjunção com o conhecimento que precisa ser resgatado, registrado pela ciência e, ao mesmo tempo, transformado pelo *fazer-saber* da comunidade científica (enunciados 4, 5 e 8):

- (8) Segundo a entrevistada (Elizabete), no passado a planta de urucum para ela não tinha valor, não sabia e não tinha interesse em saber para que servia, só conhecia sua utilidade para a pintura corporal. Então chegou o momento que despertou o interesse em saber mais sobre sua cultura e foi a senhora Tomazia, de etnia Karajá, quem a ensinou preparar o tempero a (*sic*) base de urucum. Em primeiro momento deve-se torrar a semente numa panela de ferro por meia hora e depois levar ao pilão para socar, separando o pó das sementes. Posteriormente mistura o pó do urucum com o fubá e o tempero está pronto para ser utilizado na culinária. Depois que a tecnologia avançou ficou ainda mais fácil preparar o tempero utilizando-se o liquidificador (JOÃO, 2011, p. 6).

A enunciativa do enunciado (3) pertence à comunidade indígena e acadêmica e sua identidade, embora buscasse a mescla, revelou o conflito entre o conhecimento tradicional da comunidade à qual pertence e o conhecimento científico. Ou seja, o papel do ator “pesquisador” modelizado pelo *fazer-saber* foi interpelado pela modelização *fazer-ser* pelo pertencimento à comunidade do saber tradicional e o *fazer-crer* que o conhecimento científico é o conhecimento apropriado instaurou o conflito: houve um desequilíbrio do estado conjuntivo com os saberes promovidos pela ciência e o conhecimento tradicional. Desta forma, embora a transferência do objeto “conhecimento” ocorra solidariamente por meio da *partilha*, ou seja, sem que o sujeito destinador tenha necessariamente que renunciar aos valores que, ao transmitir, continua a possuir, e vice-versa, o *fazer-saber* pela academia por meio de um *fazer-crer* faz com que o sujeito seja modelizado a se privar do seu próprio conhecimento pelo *fazer-ser* (enunciados 10 e 11).

Nos enunciados (9), (10) e (11) evidencia-se a modelização pelo *fazer-crer* do discurso da ciência, como também, pelo *fazer-saber* sobre a comunidade do saber tradicional, uma vez que os enunciadores buscam o pertencimento à comunidade científica, pois busca a obtenção de qualificação (profissional e acadêmica):

- (9) É fundamental elaborar materiais didáticos que contemplem os conhecimentos tradicionais e científicos sobre as plantas medicinais para que possam ser utilizados pela comunidade escolar, valorizando ambas formas (*sic*) de conhecimento, de forma que o aluno possa estar preparado para enfrentar a sociedade não indígena (mercado de trabalho, Escolas de Ensino Médio fora da aldeia, formação universitária) sem perder os valores e princípios do modo de ser Guarani Kaiowá (LOPES, 2011, n.p., grifo nosso).

- (10) Outra discussão realizada com os alunos foi a questão dos nomes populares dados as (*sic*) plantas. Os nomes populares variam de região para região, e podem ocorrer confusões, sendo que a mesma planta pode ter dois nomes regionais e plantas diferentes podem ser chamadas pelo mesmo nome. Por isso a necessidade da identificação científica das espécies vegetais. O nome científico será sempre o mesmo, independente da região. Esse conhecimento científico é fundamental para evitar que plantas impróprias para o consumo tais como as plantas tóxicas sejam ingeridas. Por isso, as plantas citadas foram organizadas em uma tabela, sendo identificadas e destacadas as indicações medicinais (LOPES, 2011, n.p., grifo nosso).
- (11) Compreendi então a necessidade de somar os conhecimentos tradicionais com os conhecimentos científicos e esses conhecimentos também foram discutidos brevemente com as mães e com as senhoras que participaram das entrevistas. Em algumas reuniões com as mulheres da comunidade participante da pesquisa, também foram confeccionados sabonetes medicinais a partir dos conhecimentos transmitidos por elas (LOPES, 2011, n.p., grifo nosso).

Conforme descrevemos anteriormente, nos enunciados (10) e (11), a modelização pelo *fazer-saber* pela academia por meio de um *fazer-criar* faz com que o sujeito enunciador seja modelizado a se privar do seu próprio conhecimento pelo *fazer-ser*: apesar de ter “compreendido” a necessidade de somar os conhecimentos, eles foram discutidos “brevemente” e, em seguida, outra atividade foi realizada a partir dos conhecimentos tradicionais. O conflito evidencia-se pelo *fazer-ser* em que a enunciativa crê na possibilidade de se privar do conhecimento tradicional: a enunciativa procura demonstrar que sua preocupação principal é a preservação da sua cultura de origem (conhecimento tradicional).

Da mesma forma, o conflito entre os conhecimentos pelas modelizações do *fazer-saber* e *fazer-ser* pode ser observado nos seguintes enunciados:

- (12) Deve-se ressaltar que 23,7% (19) das plantas citadas não receberam identificação científica. A dificuldade de identificar é justificada por parte dos exemplares botânicos serem estéreis, mas para garantir o registro das informações procedentes dos mestres tradicionais, optou-se por apresentar os dados, conforme disposto na Tabela 3 (BENITES, 2011b, p. 12, grifo nosso).
- (13) No entanto, para muitas das espécies utilizadas não existem trabalhos científicos que garantam seu uso seguro, por meio do conhecimento químico, farmacológico e da toxicidade destas plantas (DIAS JÚNIOR; SOUZA, 2014, n.p.).

Embora nos enunciados citados até aqui o conflito das identidades estejam evidentes pelas modalidades do *fazer-saber*, *fazer-crer* e *fazer-ser* pelo discurso da ciência, busca-se pela agregação das culturas no processo identitário resultante desse encontro étnico-racial, uma vez que ocorre a transmissão dos valores pela partilha. Contudo, a assimilação do conhecimento científico é preponderante em todos eles, apesar da resistência demonstrada pelas mulheres indígenas, conforme podemos observar nos seguintes excertos:

(13) Quando não tínhamos contato com os “brancos” usávamos só as plantas medicinais nativas que é a nossa base de saúde, mas por causa da imigração que houve com os povos indígenas, eles se espalham para outras regiões, com essas divisões não conseguiram mais ter o contato com a comunidade na qual pertencem então cada grupo segue o seu caminho. Mas com o passar do tempo muitas mudanças houveram (*sic*) na comunidade indígena e, assim, começaram a se desenvolver e se aprofundar nos conhecimentos que é (*sic*) do “branco” como na linguagem, comportamento e remédios, crenças, entre outros (BENITES, 2011, p. 19).

(14) Outro fato observado foi o da não concordância do conhecimento científico atual com o uso popular, como é o caso da boa-noite-branca, utilizada pelas índias Terenas contra dor, enquanto que as pesquisas indicam a ação de alguns de seus alcaloides contra determinados tipos de câncer (DIAS JÚNIOR; SOUZA, 2014, n.p.).

(15) Uma das problemáticas levantadas por elas é que “*existem pessoas da comunidade que perderam essa confiança nas plantas e não veem importância em conservar o ambiente que elas ocupam. Isso tem contribuído para o desmatamento e a destruição da natureza, pois se substitui a vegetação natural por outras culturas (soja, trigo, milho). Os rezadores dizem que é por isso que ocorre tanta coisa ruim que destrói a natureza. Não só as plantas, mas também os animais e uns aos outros. Essa maldade pode acabar destruindo o nosso povo e a nossa Terra*”. E por isso acreditam que nós professores temos nas mãos uma missão muito importante: *devolver as novas gerações a confiança e o respeito pelas plantas* (LOPES, 2011, n.p., grifo do autor).

(16) A figura dos rezadores e caciques nesse processo é indispensável, pois incentiva os mesmos a escutarem, pensarem, compreenderem os conhecimentos tradicionais e aprenderem a valorizar os rituais pelas novas gerações. A valorização desses rituais pelas novas gerações fortalece a tradição, o respeito aos mitos e histórias consideradas sagradas pelos Guarani e Kaiowá (JOÃO, 2011, p. 13).

Observa-se que os enunciadores desse *corpus*, com exceção de DIAS JUNIOR;

SOUZA (2014), são mulheres que pertencem à comunidade indígena sul-mato-grossense e que, em meio ao conflito e a identidade com o discurso científico, deram voz a outras mulheres indígenas pelas modelizações do *fazer-saber* e do *fazer-ser* no objeto TCC. A imagem da mulher indígena construída nessas circunstâncias se desenvolveu de forma que as culturas envolvidas fossem confrontadas, mas que de alguma forma, em não sendo possível a mescla, que sua cultura de origem (conhecimento tradicional) fosse ouvida pela outra (conhecimento científico).

Esse fato está relacionado à afirmação de Machado (2013, p. 25) de que “na cultura guarani as mulheres são mais preocupadas com as condições sociais e buscam, assim, melhorias para a comunidade”. Da mesma forma, concluíram Grubits; Darrault-Harris; e Pedroso (2005, p. 371) no estudo sobre gênero nas suas interfaces com trabalho, poder e participação política da mulher nas comunidades indígenas Bororó de Mato Grosso e Guarani/Kaiowá e Kadiwéu de Mato Grosso do Sul:

De forma geral, este é um aspecto que, em relação às culturas indígenas como um todo, nos permite levantar hipóteses de que está ocorrendo uma participação cada vez maior das mulheres indígenas na luta pelos direitos de seus povos e na política nacional desenvolvida pelo Estado brasileiro. Elas tornam-se, assim, cada vez mais, importantes interlocutoras entre seus grupos e a sociedade não indígena; importantes peças da situação de interface e guerreiras fundamentais de sua cultura (GRUBITS; DARRAULT-HARRIS; PEDROSO, 2005, p. 371).

Apesar do silenciamento nos diversos estudos sobre a cultura indígena, realizados pelos não-índios a respeito do conhecimento sobre as plantas medicinais, verifica-se que as mulheres mais velhas detêm esse conhecimento, conforme LOPES (2011, n.p.) afirma: “Mas as plantas possuem segredos que não são revelados a qualquer um. As mulheres mais velhas não contam e só elas possuem esse conhecimento, que é transmitido a pessoas especiais, que cuidarão do segredo e não farão uso errado deles”.

Assim, nos discursos produzidos, ao mesmo tempo em que os enunciadores procuram se identificar com a comunidade científica por meio do *fazer-ser*, buscam a mescla, por meio da transmissão de valores pela *partilha*, dando voz às mulheres indígenas da comunidade da qual fazem parte e com a qual se identificam também. Apesar desta busca, a assimilação promovida pelo conhecimento científico, porém, é preponderante, assim como a resistência por parte das mulheres com relação à assimilação do conhecimento científico.

3. Considerações finais

Os trabalhos de conclusão de curso e os resumos expandidos são textos temáticos de figuração esparsa, uma vez que se caracterizam por textos com investimento figurativo esparsa, com predominância da metalinguagem, da manifestação da ideologia de forma mais perceptiva no nível dos temas, e que o percurso apresenta-se pela formulação abstrata dos valores narrativos (percurso temático). O TCC e o resumo expandido são enunciados que possuem uma narratividade, uma sucessão de estados e de transformações que lhe dão sentido e o papel assumido pelo sujeito actante (aluno) de “pesquisador” está organizado no imaginário da academia, assim como o objeto TCC, enquanto enunciado global composto por uma sequência de enunciados narrativos concatenados.

As análises realizadas nesse estudo apontam para o fato de que as Plantas Mediciniais sofreram um deslocamento de sentidos enquanto objeto de valor, que foi determinado pelos sujeitos envolvidos a partir do discurso produzido sobre elas no campo científico em decorrência da identidade consolidada da comunidade científica e que o enunciador se propôs a assumir: competente por considerar a si mesmo como especialista e detentor do conhecimento legítimo e comprovado, idôneo e apto.

Desta forma, o conhecimento tradicional sobre as plantas medicinais recebe um aporte científico, que lhe confere atributos capazes de proporcionar credibilidade e permitir o “uso correto e seguro, a identificação da planta corretamente, conhecimento da dosagem máxima e possíveis efeitos tóxicos”, embora o enunciador com identidade de especialista inventariante e resgatador admita o conhecimento das mulheres indígenas como fonte segura de informações para resgate, registro e divulgação.

A imagem da mulher indígena operada no discurso científico sobre as plantas medicinais, portanto, procura apresentar-se no *corpus* analisado no papel actancial de uma especialista competente. Embora seja, em sua maioria, membro da comunidade indígena, sua identidade busca o pertencimento à comunidade científica, evidenciando que o conhecimento científico é necessário. Como também, se coloca como resgatadora, quando atua apenas como inventariante, registrando, catalogando e incentivando as práticas do conhecimento tradicional.

Verificamos que o alvo do discurso científico, assim como todo discurso, não se resume ao ato de informar (*fazer-saber*), mas ao de persuadir o destinatário e a comunidade estudada a aceitar o que está sendo comunicado (*fazer-criar*), conforme conclui Fiorin (2014, p. 75): “o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite. Por isso, ele é sempre persuasão”.

O enunciador de cada resumo utilizou-se de procedimentos argumentativos e de papéis actanciais (pesquisador, entrevistador, registrador) com o objetivo de construir a identidade própria da comunidade científica. Desta forma, por meio do *fazer-ser*, do *fazer-saber* e do *fazer-criar*, levar o enunciatário a admitir como certo, como válido o sentido produzido, assegurando a autenticidade que a comunidade discursiva requer em detrimento do posicionamento adotado, mesmo que seja para mostrar-se como discursos informativos, como quer se apresentar o discurso científico. A imagem da mulher indígena no *corpus* estudado foi construída pelo enunciatário de forma a reforçar sua

identidade para pertencer (*fazer-ser*) à comunidade científica buscando a mescla por meio da *partilha* do objeto de valor “conhecimento sobre as plantas medicinais”. Entretanto a assimilação, promovida pelo conhecimento científico, é preponderante por meio das modelizações utilizadas e tenta silenciar as vozes femininas pelo *fazer-crer*, que respondem com resistência a essa assimilação por meio do *fazer-ser*.

Desta forma, o posicionamento ideológico dos enunciadores os leva a ser menos objetivos do que imaginam, evidenciando suas identidades por meio dos papéis actanciais desempenhados em relação às comunidades envolvidas. O jogo enunciativo entre posições intersubjetivas tão díspares revela a paradoxal preocupação do sujeito em não comprometer seu pertencimento (*fazer-ser*) à comunidade de origem e, ao mesmo tempo, conquistar um espaço de pertencimento (*fazer-ser*) à comunidade científica que, por suas exigências (*fazer-fazer*), silencia qualquer outra, impondo sua ideologia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ulysses P. de; HANAZAKI, Natália. As pesquisas etnodirigidas na descoberta de novos fármacos de interesse médico e farmacêutico: fragilidades e perspectivas. *Revista Brasileira de Farmacologia*, 16(Supl.): 678-689, dez, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-695X2006000500015 . Acesso em 23 jun. 2014.

ALVES, Lucio F. Produção de fitoterápicos no Brasil: história, problemas e perspectivas. *Revista Virtual de Química*, v. 5, n. 3, p. 450-513, mai-jun, 2013. Disponível em: <http://rvq.s bq.org.br> . Acesso em: 30 abr. 2015.

ANCHIETA, J. *Cartas inéditas: carta fazendo a descrição das inumeras coisas naturaes, que se encontram na provincia de S. Vicente hoje S. Paulo seguida de outras cartas inéditas escriptas da Bahia*. Trad. João Vieira de Almeida. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico, 1900. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00060000#page/1/mode/1up> . Acesso em 01 mai. 2015.

ANVISA. *Esclarecimentos sobre matérias sobre plantas medicinais veiculadas na Revista Época e no Fantástico*. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Inicio/Medicamentos/Assunto+de+Interesse/Medicamentos+fitoterapicos> . Acesso em: 23 jun. 2014

BARROS, Diana. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. 3 ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

_____, Diana. *Teoria semiótica do Texto*. 4 ed. São Paulo: Ática, 2005.

BENITES, Iracy Lima. *As plantas medicinais e o ensino da botânica na aldeia*

Amambai. 2011. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Grauação em Licenciatura Intercultural Indígena – *Teko Arandu* – Habilitação em Ciências da Natureza). Faculdade de Educação: UFGD, Dourados-MS, 2011.

BENVENISTE, Emile. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: _____. *Problemas de Linguística Geral I*. Trad. Maria da Glória Nowak e Maria Luisa Neri. 5ª Ed. Campinas, SP: Ponte Editores, 2005. p. 19-33.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CAETANO, Luiz Carlos; PEIXOTO NETO, Pedro Accioly de Sá. *Plantas medicinais: do popular ao científico*. Alagoas: Edufal, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. In: LARA, Glaucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco (orgs.). *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 13-29.

DIAS JÚNIOR, Paulo Augusto de Arruda; SOUZA, Sandra Cristina. Plantas medicinais utilizadas pelas índias terenas. In: Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão – ENEPEX, 8º. ENEPE/UFGD, 5º. EPEX/UEMS, 2014, Dourados-MS. *Anais*. Disponível em: <http://eventos.ufgd.edu.br/enepe/anais/arquivos/963.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2015.

ELDIN, Sue; DUNFORD, Andrew. *Fitoterapia: na atenção primária à saúde*. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. Barueri: Manole, 2001.

FIORIN, José Luiz. Práxis enunciativa. In: PERNAMBUCO, Juscelino; FIGUEIREDO, Maria Flávia; SALVIATO-SILVA, Ana Cristina (orgs.). *Nas trilhas do texto*. Franca-SP: Universidade de Franca, 2010, p. 53-73. (Coleção Mestrado em Linguística, 5). Disponível em: <http://publicacoes.unifran.br/index.php/colecaoMestradoEmLinguistica/article/view/329/259>. Acesso em: 08 abr. 2016.

_____. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2014.

FONTANILLE, Jacques. *Semiótica do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.

GREIMAS; Algirdas J.; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016.

GREIMAS, Algirdas J.; FONTANILLE, Jaques. *Semiótica das paixões*. São Paulo: Ática, 1993.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. *A análise do discurso: conceitos e aplicações*. Alfa, São Paulo, v. 39, p. 13-21, 1995.

JOÃO, Ifigeninha Hirto. *A tradição do uso das sementes de urucum na aldeia Panambi*.

2011. 14 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena – Teko Arandu – Habilitação em Ciências da Natureza). Faculdade de Educação: UFGD, Dourados-MS, 2011.

LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. *Discurso indígena: aculturação e polifonia*. Dourados-MS, UFGD, 2009.

LOPES, Jussara Marques. *O conhecimento tradicional e o uso de plantas medicinais por mulheres indígenas da Aldeia Jaguapiru*. 2011. 14 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena – Teko Arandu – Habilitação em Ciências da Natureza). Faculdade de Educação: UFGD, Dourados-MS, 2011.

MACHADO, João. *Bialfabetização e letramento com adultos em guarani/português: é possível? Um estudo etnográfico e valorização do Tetã guarani*. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado em Letras) Faculdade de Comunicação, Artes e Letras: UFGD, Dourados-MS, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

_____. Analisando os discursos constituintes. *Revista do GELNE*, v. 2, n. 2, p. 1-12, 2000. Disponível em: http://www.gelne.ufc.br/revista_ano2_no2_39.pdf. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. Posicionamento. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 392-393.

_____. *Cenas da Enunciação*. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2012.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos*. 2. ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2005.

_____. *Análise de discurso*. 9. ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2010.